

○ “fato da língua” na materialidade da leitura

M. Onice Payer*

Resumo: Propomos discutir implicações que tem para a prática da leitura o “fato da língua” (sua materialidade histórico-discursiva). Partiremos da compreensão de que a relação do sujeito brasileiro imigrante com as formas linguísticas é marcada por tensões entre a língua portuguesa – predominante como língua nacional, escrita – e outras línguas, silenciadas no domínio público oficial, mas que permaneceram, de algum modo, em certos contextos de imigração, às vezes mescladas ao português. As formas de língua silenciadas na história guardam ainda, entretanto, um lugar no sujeito, como memória da língua materna. Já as formas da língua nacional interpelam o leitor em uma relação com a língua atravessada por valores jurídicos (correta, provada). Considerando que ambas as dimensões (nacional e materna) produzem efeito nas práticas de linguagem, procuraremos descrever e compreender certos “processos de identificação sujeito/língua” que se dão através do modo como a memória da estrutura linguística intervém na produção de efeitos de sentido, interpondo-se à relação do leitor com o texto, participando, portanto, do processo de atribuição de sentidos na leitura. O trabalho faz-se no campo da teoria do discurso.

Palavras-chave: materialidade linguística; memória; língua materna; identificação.

The “language fact” role in reading materiality

Abstract: It is our aim to discuss the implications of the “language fact” in reading practice (its historic-discursive materiality). We start with the premise that the relationship of Brazilian immigrant subjects with linguistic aspects is marked by tensions between the Portuguese language, predominantly the national written language, with other languages silenced in the official public domain but that somehow remained in certain immigration contexts, merged with Portuguese. The types of languages silenced in history still have a place in the subjects as a memory of their mother tongue. Yet, the modes of the national written language challenge the reader in a relationship with the language pierced by legal aspects (correct, proven). Considering that both dimensions (national and mother tongue) have an effect on language practices, we aim to describe and understand certain *subject/languages identification processes* which take place through the way the subject’s linguistic structure memory intervenes in the production of meanings, mediating the reader’s relationship with the text. It participates, therefore, in the process of giving meaning to what is read. The work is developed in the field of discourse theory.

Key words: linguistic materiality; memory; mother tongue; identification.

* Professora do Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (Univas), Pouso Alegre, MG, pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Unicamp, Campinas, SP, e professora vinculada ao Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo (DLM / USP), SP, Brasil. onicepayer@terra.com.br

A racionalidade moderna forma-nos como sujeitos de objetividade e estabelece requisitos para a nossa relação com a linguagem. Como vamos assinalar no artigo, também com a leitura. Uma relação enfaticamente regulada com a língua (e com os sentidos) ganha vigor na modernidade, como parte dos dispositivos disciplinares de objetivação do sujeito, no contexto do desenvolvimento das cidades e na formação de uma sociedade fundada no cálculo.

Em diversos campos de saber, como na teoria do discurso, tem sido focalizado o emaranhado das relações entre o sócio-histórico, a cultura e a linguagem, bem como seu enredamento na constituição do sujeito e dos sentidos, portanto, na leitura. Na relação entre sujeito leitor e texto, que não prescinde da exterioridade, interpõem-se elementos que obscurecem o que seria da ordem da objetividade dos sentidos a serem lidos.

Um ponto da *obscuridade* da linguagem sempre destacado no discurso encontra-se vinculado à *materialidade* mesma da linguagem, ao fato de que a língua constitui uma *base material* na qual se produzem *efeitos de sentido* ligados à historicidade. Tal é a *espessura* da linguagem que se apresenta ao olhar leitor (Pêcheux, 1990; Orlandi, 1988).

Ler, num certo sentido (o de codificação), seria atravessar essa materialidade e, sob as evidências dos sentidos presentes na língua em que se dispõe o texto, chegar a desfraldar os sentidos *de fato* nele inscritos, para sujeitos de saber universal.

Entretanto, há *língua*, além dos conteúdos. Memórias histórico-culturais (para nós, discursivas) inscrevem-se na língua e, assim, antecipam-se no texto, apresentando-se irremediavelmente à leitura. Propomos, no artigo, descrever e discutir implicações que tem para a leitura o *fato da língua*, focalizando a materialidade histórico-discursiva presente na estrutura mesma da língua, que se interpõe entre o leitor e o sentido.

Pela história de nossa formação social, pelos processos de constituição dos sujeitos que nela se delineiam, encontram-se traços de memória na língua, inscritos em sua materialidade – além do texto e do leitor. Por essa história, ao deparar-se com a espessura da língua em que lê, não é em todos os casos que o sujeito leitor chega a atravessá-la de modo a exercer o gesto básico da codificação. Pois, como base material na qual se produzem efeitos de sentido, a língua nos textos a ler pode não se apresentar sob o efeito de transparência necessário à codificação, não se produzindo, assim, o acesso ao simbólico. Sem que se produza o efeito de evidência da linguagem, a legibilidade falha. A presença da língua em sua espessura material constitui, deste modo, um fato incontornável na materialidade da leitura. É neste sentido que focalizamos neste artigo o *fato da língua* presente nos textos, a relação do sujeito leitor com a língua a ler, por vezes diferente daquela que produz sentidos para o sujeito leitor. Faremos isto

trabalhando de um determinado modo a relação entre as noções de língua nacional e de língua materna, considerando o conceito de memória discursiva e especificando-as como memórias na/da língua, em dimensões distintas da linguagem, que tomam parte no processo da leitura.

Trabalhando com a teoria do discurso, baseamo-nos em análises de fatos de linguagem observados em sujeitos com história de imigração no Brasil¹ e dados de linguagem no sul de Minas, onde encontramos, além de imigrantes, outros componentes da população brasileira diferentes de centros metropolitanos.

Leitura, texto, língua

Orlandi (1988) trabalha sobre pontos da historicidade funcionando na materialidade do texto, na relação do sujeito leitor com esse objeto, em sua unidade de significação e na memória do dizer, onde se apresentam *pontos de entrada* e *pontos de fuga* no texto, pela percepção dos sentidos, relacionada à história de leituras do leitor. A autora distingue, no processo da leitura, os aspectos do *legível* (codificação), do *interpretável* (atribuição de sentidos pelo leitor, proporcionada pela memória do dizer) e do *compreensível* (o modo de produção do texto apreendido pelo leitor) e observa que “como o texto não é transparente em sua matéria significante, há um efeito de ‘refração’ em relação à sua (do leitor) história de leituras, efeito esse que é função da historicidade do texto (sua espessura, sua resistência)” (idem, p. 113-114).

M. Pêcheux (1999, p.52) relaciona a leitura à memória do dizer, considerando-a uma “condição do legível, em relação ao próprio legível”, como a “lei” que permite a formação de *séries* de sentidos. Mobilizamos tal perspectiva de compreensão da leitura, segundo a qual não é suficiente “atravessar” a materialidade do texto, no sentido mencionado de ler (codificar), para tecer algumas considerações sobre como a estrutura da língua se antepõe, também ela, à “condição do legível”.

As pesquisas no campo da análise de discurso mostram como, em sua história, a língua nacional brasileira passa por processos sociais e institucionais, e políticas de línguas que ora contornam, ora incorporam a presença de outras línguas historicamente presentes nesta sociedade, assim como trabalham sobre as transformações do português neste território (Orlandi, 2001). A autora observa que se configura uma situação de “heterogeneidade linguística”, de modo que o brasileiro convive com línguas diferentes (português brasileiro e europeu) como se fossem uma, sob o efeito de uma *disjunção obrigada*. Constitui

1. Tomamos, como base de observação, ampla pesquisa de arquivo, entrevistas e interações com sujeitos, realizada durante o trabalho de doutorado e registrada na obra *Memória da Língua. Imigração e nacionalidade* (cf. bibliografia), cujo detalhamento não cabe aqui reapresentar.

assim uma unidade imaginária da língua, em face da diversidade existente, em que se configura a “língua brasileira”, conforme expressão da autora.

É no contexto dessa densidade histórica como país e dessa heterogeneidade linguística que procuramos formar sujeitos leitores, sendo também eles marcados por memórias históricas heterogêneas e múltiplas, no mesmo passo da formação da nacionalidade.

Língua nacional, língua materna, identificações

Como sujeitos históricos, pelas vias da memória discursiva, formam-se, pois, para com a língua, relações de identificação várias, e, dentre elas, as identificações com a língua nacional e a língua materna (Payer, 2006; 2007a; 2007b). A noção de língua nacional, bem como a de língua materna, são trabalhadas em diversos domínios dos estudos da linguagem. De nossa parte, teórica e metodologicamente, colocamos estas duas noções em relação, a fim de apurar o foco para compreender o objeto lingüístico-discursivo que se produz no complexo de línguas com que se depara o brasileiro imigrante. Esta correlação é significativa, inicialmente por permitir notar a tensão entre línguas na nacionalização de imigrantes, pela relação que se estabelece entre Estado, língua e sujeitos nacionais e estrangeiros, quando essa forte oposição marcou as línguas e os sujeitos. O português foi difundido cuidadosamente durante o Estado Novo através das campanhas de nacionalização do ensino nas áreas de imigração, e foi cultivado pelo Estado. Já as línguas *materno-estrangeiras* dos imigrantes foram silenciadas. O apagamento (cf. Orlandi, 1992) destas últimas, como estudamos em outro momento, atendeu à política nacionalista, em vários sentidos, desde a mais tênue relação entre indivíduo e a nação brasileira, passando pelo nacionalismo liberal, que de certo modo forçou a integração do imigrante à nação, até o nacionalismo mais forte presente no contexto das guerras mundiais, que culminou na interdição oficial das línguas. Desse modo, as línguas dos imigrantes foram interpretadas e tratadas como línguas de outros países no território brasileiro. Os acontecimentos da Segunda Guerra funcionaram também, conforme a leitura que fazemos, como argumento pró-nacionalização, e foram decisivos para o processo mais amplo de nacionalização dos imigrantes implantado há mais tempo.

Na racionalidade ocidental, moderna e objetiva, a língua nacional constituiu-se como elemento crucial, através do qual os estados nacionais trabalham a unidade linguística e jurídica, através da homogeneização linguística e racional dos sujeitos ao instalar a forma de convivência social da cidadania, que tem a característica de se apresentar na forma da universalidade e da igualdade (Gadet; Pêcheux, 2004). Para tornar-se cidadão, afirmam os autores, no Estado nacio-

nal, sob a contradição e as diferenças reais, os sujeitos precisam abrir mão de seus particularismos, de seus costumes locais e *de suas línguas maternas*.

Resulta que uma das relações que se tem com a língua é, pois, a que a toma especialmente como algo consagrado à norma, à correção, à prova, como a língua (a ser) aprendida na escola, cujo domínio faz de seu usuário leitor eficiente e bom falante. Essa relação desenvolveu-se, de modo enfático, na modernidade, sob a racionalidade e as tecnologias do Estado, instituindo sujeitos capazes de raciocínio com base na língua (alfabetização, leitura, senso de objetividade, cálculo). Tal relação é facilmente identificável em contextos de imigração, pela tensão entre a língua nacional e as línguas maternas dos imigrantes. Mas apresenta-se também em outras situações: como sujeitos modernos, temos memórias e saberes de uma relação jurídica e regada com a língua.

Outra é a relação que se tem com a língua na medida em que esse objeto simbólico se apresenta em sua face de língua materna – na contraposição à língua nacional –, que nos constitui simbolicamente desde a infância. Nas instâncias formadoras do sujeito, desde a mais tenra idade, a língua materna é fundante do psiquismo (Rèvuz, 1998). E ela o é pela apresentação do mundo a esse sujeito através de uma língua.

Assim, chama a atenção o que pode significar para um sujeito, em relação à linguagem, o apagamento público de sua língua materna. Pela teoria do discurso, compreende-se que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo (Orlandi, 1999). E, conforme Rèvuz (idem), essa linguagem chamada materna encontra-se nas bases da estruturação do sujeito, ao *mesmo tempo como instrumento e como matéria dessa estruturação*. Ressaltemos o discernimento sutil, mas muito importante, que faz a autora entre *a função de estruturação* de que é capaz uma língua (toda língua) e a sua *matéria*. Por *matéria* entendemos os conteúdos e formas da língua, algo que é próprio e específico a cada uma. O fato de a palavra *sol* ser masculino ou feminino em uma e em outra língua – português, francês, etc. configura certa relação do sujeito falante com os objetos do discurso (o *sol* é masculino). Ou seja, a língua tem uma especificidade como *matéria* capaz de produzir sentidos. Conforme Pêcheux, vimos antes, a língua é uma base material sobre a qual se produzem os efeitos de sentido. E por *instrumento* entendemos um *dispositivo*, “em abstrato”, diríamos, que funciona em qualquer língua, na medida em que proporciona certos quadros de representações, que tornam possível o fato mesmo de que sujeitos saibam algo através de uma língua. Ao dizer *puerinho*, termo que apresenta a raiz em uma língua e afixo em outra, o sujeito imigrante não significa criança, garotinho, apenas, mas a memória do que nele se imprimiu (dispositivo) ao apreender, de corpo e alma, certo tom de compaixão vindo dos pais ou dos avós para com ele.

Revuz (2002, p.25) observa que os bebês se encontram o tempo todo den-

tro de um universo de fala, e que, desde o início, o “psiquismo é trabalhado pela construção de traços mnésicos, pela elaboração e reelaboração destes traços, que são continuamente informados e remodelados pela sobreposição das mesmas palavras, das mesmas expressões”. A língua é indissociável do modo singular pelo qual ela foi encontrada através das falas das pessoas ao seu redor. Por exemplo, a língua pode ser vivenciada como uma língua “que diz o prazer ou o reprova, uma língua que desfere a verdade sobre o mundo e as pessoas ou que, pelo contrário, deixa um espaço para algo não-sabido, não-compreendido, espaço que a fala do sujeito poderá ocupar” (idem, p. 26). Ela pode também ser vivenciada como língua que diz a compaixão ou a agressividade, a delicadeza ou a aspereza. Desse modo, um primeiro saber sobre a língua é adquirido na família, em língua materna, e na escola a criança encontra “um outro saber sobre a língua, outras exigências”. Um saber que tem a língua na sua dimensão de nacional, de escolar, de racional.

A relação que se tem com a língua em sua dimensão de materna acolhe, pois, materialidade linguístico-discursiva diversa da sua dimensão nacional, materialidade afetada por traços de memória de línguas outras, *silenciadas*; pelo fato mesmo de ter havido silenciamento; pelos efeitos vivenciados pelo grupo e que se imprimem às formas lingüísticas, constituindo-se em elementos nem sempre institucionalizados, que restam como uma espécie de não língua na língua. A memória impressa na língua materna remete a pontos menos visíveis, às sombras do que pode estar contido nisto que se chama *língua*, pela relação com a mãe, com a casa paterna, com os sentimentos, consigo mesmo como sujeito de linguagem inserido em uma história. Sua materialidade nem sempre coincide com aquela que se imprimiu na esfera pública via escola e legitimou-se no espaço da nacionalidade.

Assim, a observação inicial da tensão factual entre língua nacional e língua materna no contexto da imigração aos poucos vai expondo um emaranhado linguístico-discursivo peculiar para o imigrante. E, de resto, para todo sujeito de linguagem. Compreendemos, pois, que *nacional* e *materno* não nomeiam (apenas) línguas distintas, mas diferentes funcionamentos delas no discurso. Além disso, os termos remontam a noções teóricas distintas, muito embora nem sempre isso seja reconhecido. Na ordem da memória, nomeiam dimensões diferentes da linguagem.

Essas questões, trabalhadas inicialmente pela relação entre língua nacional e materna de imigrantes, dizem respeito às identificações do sujeito com as línguas de modo mais amplo e, aqui, interessam no que implicam na leitura, na medida em que a materialidade e os funcionamentos dessas dimensões da língua não coincidem para os leitores.

A relação com a língua via memória e a leitura

Pensando nas práticas de leitura, podemos perguntar quais implicações tem para o sujeito brasileiro, quando lê, a permanência de traços de línguas maternas apagadas, produzindo identificações.

Diremos que a relação do leitor com um texto cuja espessura em língua não se assemelha à do autor impede o fluxo quanto ao modo de ir articulando os sentidos em língua, ao longo do texto, no encadeamento das estruturas, de modo que não se produz para ele o efeito de transparência, mas sim uma opacidade (de tipo próprio). E isso ocorre, a nosso ver, tanto no caso de línguas diferentes como também no caso do sujeito monolíngue. Além disso, o efeito jurídico impregnado às formas da língua nacional, pela história, antecipa-se aos sentidos que estão postos pelo autor. Igualmente, saberes e sentimentos impressos à língua materna podem *antecipar-se* à leitura também por sua ausência no texto escrito em língua nacional.

Os processos de identificação cultural (histórica) encontram-se, portanto, nas estruturas linguísticas, e atuam na relação do leitor com o texto, com o processo de leitura e com a escrita. Entendemos essa identificação com a língua pela memória *subterrânea* em um sentido mais complexo do que o incômodo de lidar com a presença de formas linguísticas não legitimadas. Pensar a língua materna como objeto de investidas de apagamento permite repensar, por exemplo, o modo como somos profissionais da linguagem, sob a racionalidade moderna. Somos constituídos, enquanto brasileiros, sob o silenciamento de sistemas e traços simbólicos que, entretanto, deixam suas marcas, assim como deixa marcas, já por si, o fato do silenciamento, em instâncias menos imediatamente visíveis da língua, mas que funcionam na relação com a linguagem, num lugar de significação que a língua nacional não cobriria. Tampouco o cobriria um suposto resgate da língua apagada. São os efeitos históricos desse processo que procuramos compreender, e é com eles que consideramos importante lidar.

A questão observada quanto à imigração dá lugar, assim, a investigações sobre processos atuais de identificação sujeito/língua em contextos distintos. Pela história, formam-se as diferentes dimensões da linguagem que acolhem diferentemente a *sintaxe ligada à lei de um lugar*, o que toca às identificações dos sujeitos leitores com a *língua* no texto, na qual (não) se lê a sintaxe da língua nacional como *lei da série* estrutural que constitui os sentidos da linha mestra do texto.

Desse modo, nosso interesse aqui é pensar a identificação do sujeito com a materialidade da(s) língua(s) em que se dão os textos a ler, na produção ou não da impressão de transparência da língua, que tornaria possível a leitura, tendo como *condição do legível*, neste caso, a memória da própria estrutura, desde o

sentido mais básico de inteligibilidade e codificação, até a interpretação e a compreensão, como diz Orlandi (1988).

Pensamos, então, que o trânsito do leitor pelos sentidos do texto está na dependência da memória de uma materialidade linguística capaz de propiciar que ele a tome sob o efeito de evidência, de familiaridade com a estrutura e com o sentido que ela mesma alavanca. O que nem sempre ocorre, dada a impossibilidade de um trânsito fluido entre a língua materna e a língua nacional.

Seria interessante para o aluno estar na língua escolar com a mesma desenvoltura com que está na língua materna. Mas a relação do leitor com a forma linguística é, também ela, marcada, objetiva e subjetivamente, pelos efeitos que se formam na história mais ampla das relações entre as línguas, na formação nacional, e que deixam suas marcas. Pensar o apagamento da língua materna e seus efeitos no sujeito de linguagem introduz uma questão que se coloca no âmago de muitos entraves das situações de leitura e escrita, pelo modo como na escola se oblitera uma questão aberta no sujeito. É interessante levar em conta que a tensão observada na história é encontrada também na subjetividade, pois a relação com a linguagem é fundamentalmente constitutiva.

Se a língua a ser lida não coincide, dissemos, com a base material que constitui de modo familiar os efeitos de sentidos ao leitor, há de fato um vácuo na leitura, que o trabalho apenas com a língua nacional, escrita, não sutura. Como professores, sabemos bem que aquilo de que se abre mão, na escola, para escrever nas formas mais próprias da língua nacional, faz falta na escrita, na medida em que faz falta no sujeito. Pois aquilo de que se abre mão constitui também evidências do simbólico. Para o aluno, na escola, como se inscrever na língua nacional com a mesma fluidez de sentidos que lhe ocorre em língua materna? Como dar lugar, na escola, a uma relação com o dizer capaz de considerar a diferença de outro modo, que não o apagamento?

Expusemos, sucintamente, uma questão que nos parece ter um valor para o sujeito. Mas pode a escola considerá-la? Refletindo sobre a possibilidade de desdobramentos da língua, como foi dito, será possível outro objeto vir a constituir-se como *língua*, enquanto objeto de ensino na escola, e que dê bases para a fluidez na leitura? Pode, nesta instituição, a língua funcionar com todas as suas especificações, determinações e efeitos de identificação, conforme a história e a subjetividade?

A tensão entre as línguas que se produz na história, como línguas concorrentes do ponto de vista político-administrativo, estende-se à atualidade, pelos efeitos de memória ligados a seus sentidos. Como a língua nacional e a língua materna têm funcionado, tanto na história como na escola, em um batimento, como se uma fosse a outra (Payer, 2007b), torna-se difícil ao aluno transitar do

estatuto de sua língua materna (familiar) ao de língua nacional (da Escola), sem ter de mudar de materialidade linguística.

Sendo assim, os sujeitos de linguagem, em seus processos de identificação na relação com a língua, ao invés de poderem lidar simultaneamente com a língua nacional e a língua materna, como dimensões distintas, são levados, no processo pedagógico, a substituir uma pela outra. Esse processo é notado e indicado pelas crianças desde a alfabetização. Há um paradoxo ali, vivenciado de modo que, para adicionar, subtrai-se.

Pensamos que o reconhecimento do fato de o processo ter ocorrido dessa forma pode levar a se vislumbrarem processos diferentes, em que seja possível desdobrar a língua para considerar tudo o que ela é, como linguagem, em suas dimensões materna e nacional, de modo que o acolhimento de uma dimensão torne possível o da outra. Se quisermos pensar em possibilidades de uma relação com a língua, na escola, que seja sensível e compreenda o modo como a história predispõe a relação dos sujeitos com a(s) língua(s), parece-nos importante considerar esses elementos também no campo da leitura e da escrita.

Uma direção que parece interessante é a de, na escola, *formular* – dizer – os sentidos que as formas de língua têm para os sujeitos, considerando-se o processo histórico de formação do país e da subjetivação efetiva que nele se produz. Formular é dar lugar à questão.

Há contextos em que aquilo que se conhece como língua nacional é bastante estranho aos sujeitos, não lhes sendo possível enunciá-la, tampouco lê-la fluentemente. Por outro lado, acompanhando professores, fazemos tentativas de envolver as memórias da língua na leitura. Numa dessas experiências, aproveitamos os efeitos que se produzem na materialidade dos textos de Guimarães Rosa no sul de Minas, onde chamou-nos a atenção um comentário sobre a forma lingüística feito por um aluno ao ler um conto do autor: *Parece que eu estou escutando o meu avô falar*². Nota-se aí do que se trata quando pensamos na possibilidade de o aluno leitor entrar em conexão com o texto, através da espessura da língua. Não se pode especificar, neste caso, qual é o limite entre a linguagem de G. Rosa e a língua nacional ou entre a linguagem de seu texto e a língua materna do aluno. Mas é certo que o leitor encontrou, nessa espessura, memórias que não têm a forma exata da língua nacional.

É improdutivo pretender fazer com que várias dimensões e materialidades linguísticas ocupem um mesmo lugar, quando, de fato, eles são múltiplos. Se, como dissemos, tanto a dimensão materna quanto a nacional constituem o sujeito de linguagem, é a partir dessa dupla constituição que se dá, nesse jogo, a questão do ensino da língua e da leitura. Não se trata de um jogo a resolver,

2. Conforme consta na dissertação de mestrado de Mary Costa Bueno sob nossa orientação.

nem de uma tensão a banir, mas de um jogo a compreender e a trabalhar, considerando a memória histórica e seu papel na constituição do sujeito, pois aquilo de que se abre mão para escrever nas formas mais próprias da língua nacional faz falta na escrita e na leitura, na medida em que faz falta no sujeito. Falta simbólica, da ordem da língua, mas também do sujeito. Não há como suturar essa falta na escrita, se ela não é trabalhada no sujeito. À escola resta arcar com as consequências do que daí possa advir, para lidar de modo efetivo com o *real da língua*, considerando o sujeito e a história.

Referências bibliográficas

BUENO, M. C. A atribuição de sentidos na leitura de Guimarães Rosa. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, Univas. Pouso Alegre, MG, 2006.

GADET, F.; Pêcheux, M. *A língua inatingível*. Trad. B. Mariani et al. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

ORLANDI, E. (Org.) *História das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso*. Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 1999

PAYER, M. O. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PAYER, M. O. Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: *Política lingüística no Brasil*. ORLANDI, E. (Org.). Campinas: Pontes, 2007a.

PAYER, M. O. Línguas maternas e língua nacional brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 5., 2007, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2007b.

PÊCHEUX, M. *O papel da memória*. In: ACHARD, P. et al. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK (Org.) *Por uma análise automática do discurso*. Trad. B. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

RÊVUZ, C. A língua estrangeira, entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Linguagem e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1988.

RÊVUZ, C. Eu... escrever...? Eu... Ou como ajudar os formadores a escrever sobre suas práticas. *Escritos*, Campinas, n. 7. Labeurb/Unicamp, 2002.

Recebido em 15 de outubro de 2010 e aprovado em 10 de dezembro de 2010.